



Contradições do planejamento de assentamentos rurais: um estudo de caso da Comunidade de Resistência Roseli Nunes – Pequi/ MG*

Roberta Vieira Raggi
(Instituto Cidade – Mestrado)

Sérgio Manuel Merêncio Martins
(Departamento de Geografia e Programa de Pós-graduação em Geografia – Doutorado)

Resumo

A partir de 2003, quando o governo brasileiro passou a ser presidido por Luís Inácio Lula da Silva, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) conquistou a possibilidade de planejar os assentamentos vinculados ao Movimento em vários estados do país. Muito além de se restringir à execução de um documento, essa conquista é também o reconhecimento do Estado quanto à legitimidade da luta pela terra e, sobretudo, do direito do MST e assentados disporem sobre a organização de seus assentamentos segundo suas concepções. No entanto, essa conquista trouxe novas contradições que serão objeto de reflexão deste trabalho. Para evidenciar essas contradições apresentamos aqui o estudo de caso do assentamento Comunidade de Resistência Roseli Nunes, localizado no município de Pequi, em Minas Gerais.

Abstract:

Since 2003, with the beginning of president's Luís Inácio Lula da Silva Government, the Movement of Landless Rural Workers (MST in Portuguese abbreviation) conquered the possibility of planning its own settlements all over the country. Very far from getting restricted about the execution of a document, this conquest is also a way of recognition by the State about the struggle for land's legitimacy and, moreover, about MST and settled families' rights to dispose about the organization of its own settlements, following their own conceptions. Despite of it, this conquest brings also new contradictions which will be the purpose of this study. To put in evidence these contradictions it will be presented the case study of Comunidade de Resistência Roseli Nunes settlement, at municipal district of Pequi, in Minas Gerais state (Brazil).

Recebido: 09/2009

Aprovado: 12/2009

*O presente trabalho tem como base a dissertação "RAGGI, Roberta Vieira; Universidade Federal de Minas Gerais. *Contradições da produção do espaço dos assentamentos: a conquista do PDA pelo MST (um estudo de caso da Comunidade de Resistência Roseli Nunes - Pequi/MG). 2008*", orientada pelo Prof. Sérgio Manuel Merêncio Martins.

Palavras-chave: MST, reforma agrária, questão agrária brasileira.

Key-words: *Movement of Landless Rural Workers (MST in Portuguese abbreviation), agrarian reform, Brazil's agrarian question.*

vraggi@ig.com.br
sergiomartins@ufmg.br





Introdução

O objetivo central deste trabalho consiste em analisar o envolvimento do MST no planejamento de assentamentos de reforma agrária através da execução dos Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA), bem como as contradições decorrentes desse processo. Para empreender esta tarefa realizou-se o estudo de caso de um dos primeiros PDAs elaborados pelo MST, a saber, o que foi desenvolvido no assentamento Comunidade de Resistência Roseli Nunes, município de Pequi, em Minas Gerais.

Neste âmbito, este artigo foi organizado em três partes principais: a primeira trata de uma breve discussão e revisão teórica a respeito da questão agrária brasileira de forma a contextualizar a elaboração dos PDAs pelo MST; a segunda, por sua vez, traz o estudo de caso da Comunidade de Resistência Roseli Nunes e, ao final, encontram-se algumas análises das contradições e desafios postos para o MST em relação ao planejamento de assentamentos. Fica registrado aqui um período significativo deste Movimento em busca de justiça social, cidadania e democratização do acesso à terra.

Histórico da questão agrária brasileira

Se, por um lado, o presente caso pode ser apontado como o resultado de uma das primeiras experiências de implantação de um programa político de reforma agrária que tende a reconhecer a importância e legitimidade de movimentos de luta pela terra, por outro lado, não podemos nos furtar ao reconhecimento de que este caso também é fruto de diferentes processos de produção do espaço agrário brasileiro que ocasionaram resultados semelhantes: a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e a conseqüente exploração e expropriação de milhões de camponeses que deram origem à luta pela terra. A formação dessa estrutura fundiária ter sido influenciada por uma vasta diversidade de questões ao longo do percurso histórico da sociedade brasileira, podemos apontar alguns marcos fundamentais.

Como uma conseqüência da crise do sistema escravista surgia a ameaça de que os escravos emancipados, ou mesmo os próprios imigrantes ocupassem as terras que se encontravam sem uso, sob o domínio da Coroa brasileira. Isso promoveria a evasão da força de trabalho, ocasionando a ruína econômica de grandes latifúndios, conforme aponta Alberto Passos Guimarães (1979, p.61 e 62).

José de Souza Martins aponta que para o trabalho tornar-se livre a terra deveria tornar-se cativa, transformando-se em um território marcado por relações de poder respaldadas pela propriedade legal (1996, p. 16 e 17). Através da Lei de Terras de 1850, a ocupação da terra só seria permitida mediante processos de compra e venda, fato que possibilitou o cerco de terras e, conseqüentemente, a restrição do seu uso para aqueles que não poderiam arcar com a sua compra, garantindo desta forma a oferta da força de trabalho.

Ao tornar-se objeto passível de especulação, a posse da terra passou a ser acumulada por potentados locais que se incumbiam em apinhar sob sua posse a maior quantidade de área possível. Para tanto, faziam uso, na maior parte das vezes, do artifício da grilagem, ou seja, do processo de falsificação de escrituras cartoriais com o intuito de forjar a compra e garantir a propriedade de grandes áreas de terra: trata-se, como aponta Ângela Mendes de Almeida, “*simplesmente de tomar posse de terras pertencentes ao Estado, portanto sem dono, forjando depois em um cartório, um título de propriedade e “envelhecendo-o” ao contacto, em uma gaveta fechada, com grilos*” (ALMEIDA, 2000, p.32). Conseqüentemente as populações camponesas eram forçadas a ocupar áreas de fronteira agrícola





ou a migrar para centros urbanos e, caso a permanência na terra fosse permitida, estas populações eram forçadas a submeter-se à exploração da renda da terra, pagando com trabalho e lealdade pelo favor de permanecer nesta.

A sujeição das populações camponesas à renda da terra reforçava relações de paternalismo e clientelismo entre estas e os detentores da terra. José de Souza Martins aponta que “*A elite aristocrática deve possuir bens e riqueza, mas isso implica observar obrigações morais (honra e religião) que caracterizam como guia e modelo para homens do povo*” (MARTINS, 1990, p. 237). O rompimento das relações de favor, por sua vez, desmoralizaria o proprietário, visto que a justificativa para a concessão da propriedade estaria, para a população pobre, na obrigação moral de proteção. As relações de favor podem ser apontadas como um dos pilares que estruturam o poder das elites e as relações políticas no Brasil. Curiosamente ainda hoje a tutela persiste, com frequência, como atitude esperada, como papel social a ser desempenhado por aqueles que detêm o poder em relação àqueles que não o possuem, mesmo em situações em que não há exploração da terra. Diante dessa situação, Martins aponta que no Brasil a concepção de pobreza “*ganha força e sentidos novos: são pobres os excluídos do direito ao favor (e não exclusivamente os excluídos do direito à terra [...])*” (MARTINS, 1989, p.22).

Além das conseqüências da Lei de Terras, a modernização da agricultura contribuía para a expropriação de grandes contingentes de força de trabalho, que se tornavam desnecessários devido à introdução de novas técnicas e da mecanização agrícola. Estas situações deram origem à luta pela terra e aos conflitos no campo no final do século XIX e ao longo do século XX. Cabe ressaltar que a luta pela terra é, em grande parte, uma luta pela preservação de um modo de vida camponês. A inviabilização de suas condições de sobrevivência e da manutenção de seus modos de vida deu origem a diferentes formas de conflitos como o messianismo, o banditismo social e, posteriormente, aos movimentos de sindicalização, conflitos que se tornariam um dos principais motes do golpe militar de 1964.

A ditadura militar trouxe a repressão violenta dos conflitos, com a extradição e assassinato das principais lideranças. Havia, contudo, a certeza por parte dos militares de que seria impossível conter os conflitos disseminados por todo o país apenas com o uso da violência. Como resposta aos camponeses espoliados pela exploração e expropriação foi criado em 1965 o Estatuto da Terra. Apesar de um conteúdo bastante ousado, que incorporava inclusive algumas reivindicações dos movimentos sociais, o Estatuto da Terra teve uma aplicação pontual desapropriando propriedades apenas com o intuito de desarticular e apaziguar focos de conflito. Já na década de 1970, as desapropriações pontuais foram substituídas pela política de colonização. Os grupos que reivindicavam terras eram enviados para áreas isoladas, fronteiras agrícolas no norte e no centro-oeste do país em áreas com pouca ou nenhuma estrutura. “*Colonizar para não reformar era, também o objetivo dos militares para manter o domínio sobre a questão agrária*”, como aponta Bernardo Mançano Fernandes (2000, p.45). Desta forma o governo militar garantia que as terras com maior valor comercial e produtivo permanecessem livres de conflitos.

Em contraposição aos projetos de colonização, o governo militar preconizou uma política de incentivos fiscais a empresas que investissem em fronteiras agrícolas, principalmente na Amazônia. Neste âmbito, o governo incentivou, através de subsídios e renúncia fiscal, a implantação de empreendimentos agroindustriais, fato que acarretou um aumento drástico da concentração de terras agora também sob o domínio de empresas agroindustriais, como pode ser visto nos gráficos a seguir.





Gráfico 1 Aumento percentual do número de estabelecimentos e da área ocupada – Brasil – 1940/70

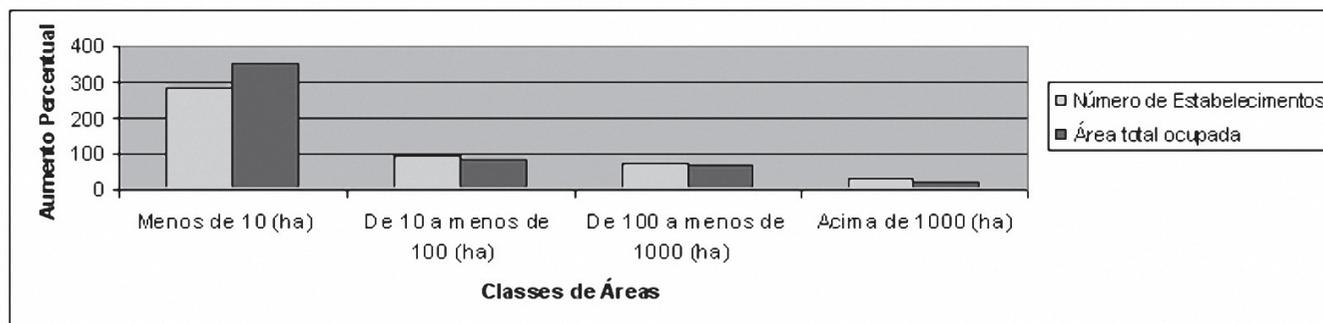
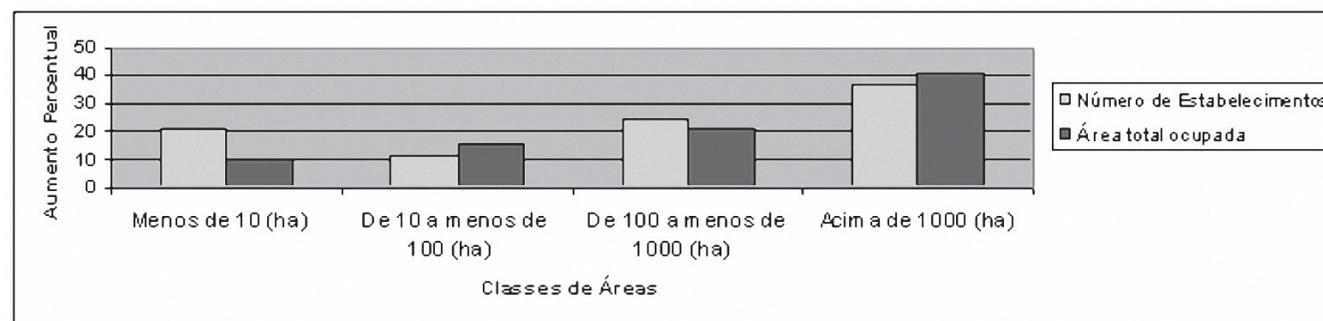


Gráfico 2 Aumento percentual do número de estabelecimentos e da área ocupada – Brasil – 1970/85



Fonte: Gráficos elaborados a partir de dados do IBGE¹.

Acreditava-se então que o desenvolvimento econômico resolveria por si só a questão social e política. No entanto, a realidade apresentou uma dinâmica inversa – frequentemente ocorria a expulsão de famílias de posseiros que se encontravam a gerações nas terras que passavam a ser ocupadas por grandes empresas que se expandiam nas áreas de fronteiras agrícolas. Com o fim da ditadura militar, grandes problemas dos projetos de colonização foram postos em evidência. A enorme concentração de terras e a inviabilização das condições de sobrevivência das populações camponesas deram origem a conflitos que se disseminavam por todo o território nacional.

Após a abertura política, aconteceu o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra nos dias 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná. Congregando camponeses sem terra principalmente da região centro-sul do país, o encontro deu origem ao MST e ao início da naciona-

² Disponíveis em FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.42.





lização da politização da luta pela terra: havia a consciência de que isolados em suas áreas de origem esses grupos não teriam força para avançar em suas reivindicações. (FERNANDES, 2000, p.56) Uma das principais características destas mobilizações encontrava-se em sua radicalidade, baseada principalmente em ações de ocupação de propriedades improdutivas como meio de pressionar o Estado.

Em seus primeiros 10 anos o MST conseguiu reunir as experiências acumuladas em diversos acampamentos e expandiu sua área de influência para as regiões sudeste, centro-oeste e nordeste do país. E apesar da forte repressão ter acompanhado todo esse período de desenvolvimento, foi somente com os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás em 1995 e 1996, respectivamente, que a violência contra os sem-terra ganhou notoriedade nacional e internacional. Diante deste cenário, surge o que Martins enuncia como uma das principais mudanças no contexto agrário dos últimos tempos – a transformação da luta pela reforma agrária numa disputa pelos conteúdos da reforma agrária:

A peleja hoje não é pela reforma em si, já que tanto o governo quanto os partidos de oposição, e os grupos de ação deles dependentes ou com eles alinhados, como sindicatos, o MST e a Igreja, estão de acordo quanto ao fato dela ser necessária e inadiável. [...] **A peleja agora é pela forma da reforma.** Estamos em face de uma luta pelo controle político da reforma agrária eu vem sendo feita, pelo controle dos procedimentos relativos a ela, por seu resultado e por seu formato final. (MARTINS, 2004, p. 39 e 40)

Após os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás o Governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso criou o programa Novo Mundo Rural, que preconizou uma política massiva de assentamentos. Cabem, contudo algumas ressalvas neste ponto. Ângela Mendes de Almeida aponta que

Por trás de uma retórica que mal dissimula sua verdadeira intenção propagandística, o governo FHC [...] continua dizendo, sem muita convicção, que foi quem mais fez avançar a reforma agrária, na medida em que desapropriou 14 milhões de hectares de terra, o que equivaleria ao território de três Bêlgicas. Só que durante esse mesmo período, apenas cerca de 3.065 fazendeiros se apropriaram de um território muito maior, 93 milhões de hectares (um deles, uma empresa construtora, tendo abocanhado sozinha 4 milhões). Essa apropriação foi sobretudo feita pelo conhecido processo, tradicional na história brasileira, de “grilagem”. (ALMEIDA, 2000, p.29)

Além da desapropriação massiva, o programa Novo Mundo Rural também instituiu o programa Qualidade e Produtividade nos Assentamentos de Reforma Agrária, que previa o planejamento dos projetos de assentamentos através do Plano de Desenvolvimento de Assentamentos, o PDA, além da assistência técnica às famílias assentadas através do projeto Lumiar.

Se, como foi anteriormente mencionado por Martins, a peleja recaía agora sobre a forma pela qual se dá a execução da reforma agrária, **o controle dos procedimentos relativos ao seu planejamento, implantação e supervisão técnica torna-se uma grande arma para a manipulação dos conteúdos políticos em disputa para a execução da reforma agrária.** Um PDA mal executado, por exemplo, através de parcelamentos mal planejados podem aumentar drasticamente os custos de implantação da infra-estrutura, tornando-se até mesmo inexecutável. O mau planejamento da aplicação dos créditos, por sua vez, poderia inviabilizar os investimentos produtivos feitos no assentamento e, com isso, impossibilitar o pagamento dos créditos dentro dos prazos bancários estipulados. A ruína dos assentamentos implicaria na desarticulação do MST e da sua perda de credibilidade e legitimidade perante toda a sociedade.





No intuito de tomar o controle da disputa pela forma da reforma agrária a ser executada e, conseqüentemente, pelos conteúdos políticos contidos na reformas futuras, a partir de 1997 é levantada a discussão, em instâncias internas ao MST, a respeito do Movimento tornar-se responsável pela execução dos PDAs, como um meio de garantir a elaboração dos planos em consonância com os princípios do Movimento e com os desejos das famílias. Finalmente em 2003, com o início do governo Lula, o MST passou a ser considerado como a entidade prioritária para a execução dos PDAs dos assentamentos a este ligados. Neste âmbito se insere nosso estudo de caso, o assentamento Comunidade de Resistência Roseli Nunes, um dos primeiros assentamentos planejados pelo MST.

Estudo de caso: análise da Comunidade de Resistência Roseli Nunes

Metodologia adotada

Tendo como pano de fundo o cotidiano das famílias do assentamento Comunidade de Resistência Roseli Nunes, e como eixo estruturante a descrição histórica da origem e implantação do assentamento, este estudo de caso busca a evidência do processo de elaboração do PDA e das conseqüências de sua elaboração para as famílias assentadas, tendo como base o relato das experiências das famílias e da própria experiência da execução do planejamento do qual a autora deste artigo fez parte como integrante da equipe técnica de planejamento do MST².

Mais do que o relato das experiências de vida destas pessoas e mais do que a evidência do processo de elaboração do PDA, busca-se também uma análise crítica do contexto em que esses protagonistas se inserem, ultrapassando a circunscrição dos limites do planejamento, e buscando a compreensão da dinâmica social na qual se inserem. Neste âmbito, esta pesquisa utiliza o método dialético como forma de análise das contradições ocasionadas pela conquista e elaboração do PDA pelo MST que se transcendem dando origem a novas contradições que passam a requerer novas soluções por parte dos dirigentes, técnicos e famílias assentadas.

O planejamento e a implantação do assentamento

De acordo com as famílias assentadas, na madrugada do dia 3 para o dia 4 de abril de 2001, 84 famílias contatadas por dirigentes estaduais do MST em periferias, vilas e favelas de Belo Horizonte e Contagem ocuparam a Fazenda Brenha, uma propriedade rural de 908 hectares localizada no município de Pequi, Minas Gerais, há 125 km da capital do estado, Belo Horizonte. Curiosamente, ao contrário do que costuma ocorrer em ocupações, as famílias não sofreram qualquer forma de represália por parte do proprietário. O mesmo tinha interesse em vender o imóvel para o INCRA e a ocupação viria apenas a acelerar o processo de desapropriação que já se encontrava em andamento.

A desapropriação do imóvel aconteceu cerca de três meses após a ocupação, mais especificamente no dia 20 de julho de 2001 (MST, 2004, p.18). Neste mesmo período o Laudo de Vistoria do imóvel realizado pelo INCRA como uma das etapas da desapropriação já apontava que a fazenda teria capacidade de suporte para o assentamento de apenas 24 famílias, dadas as suas características ambientais e, conseqüentemente, apenas uma parte das 84 famílias poderiam permanecer no local. (INCRA, 2000, p.4)

Logo após a desapropriação o PDA do assentamento deveria ser realizado para que então as famílias pudessem ter acesso aos créditos e à demarcação das propriedades. No entanto, no

23 Para a contratação da equipe técnica responsável pela elaboração do PDA foi firmado um convênio entre o INCRA e o MST através de sua representante jurídica, a Associação Estadual de Cooperativas Agrícolas – AESCA - MG. Neste convênio foram contratados: Daniel Mâncio, agrônomo, responsável pelo planejamento produtivo, Cláudia D'Ávila, extensionista rural, responsável pelo planejamento social, Edite Prates, dirigente do MST, responsável pelo planejamento político e Roberta Vieira Raggi, arquiteta, responsável pelo planejamento territorial do PDA.





período após a desapropriação a portaria estadual do Instituto Estadual de Florestas, IEF, que regulamentava o licenciamento de assentamentos de pequeno porte, até 24 famílias, fora revogada sem a criação de uma nova regulamentação. Como o PDA também é o documento apresentado ao IEF para o licenciamento ambiental do assentamento, o INCRA encontrava-se impedido de contratar empresas para a execução do Plano.

De acordo com os assentados, por aproximadamente dois anos as famílias que foram para a ocupação com poucos pertences, mantimentos e dinheiro, e que não podiam acessar os créditos a que tinham direito para a realização dos primeiros investimentos, passavam por grandes dificuldades para sobreviver acampadas no local, confirmadas pelo depoimento do antigo caseiro da propriedade e por sua esposa, atualmente assentados no local:

Antigo caseiro: Foi dificuldade deles, a gente via as dificuldades deles, procê ver, muita gente passou até fome aqui, na época. Têm muitos que até falava, vinha cesta básica e reclamava que não vinha pra eles, sabe? Porque quando vinha tinha separação, né?

Esposa: [...] essas mangas daqui, ajudou muita gente...

Antigo caseiro: eu mesmo na época, escondido do proprietário, mesmo, eu dava leite pro pessoal, por isso que eu criei um vínculo bom com eles, [...] na época que eles nem conhecia, levava leite escondido pro pessoal lá, que as criança chorando, né? Leva leite, todo mundo doente, muita gente doente lá em baixo [...] ³.

A principal alternativa que lhes restava era a busca por trabalho nas imediações da propriedade, o que também não acontecia sem dificuldades. Inicialmente os moradores de Pequi tratavam as famílias com grande preconceito, chegando a fechar as portas e janelas de suas casas quando estas passavam pelas ruas. Pouco tempo depois os moradores do município começaram a enxergar nas famílias sem-terra um grande potencial como força de trabalho barata. Mortas de fome e sujeitas a todo tipo de preconceito, as famílias viam-se obrigadas a submeter-se a todo tipo de exploração, sendo remuneradas a diárias muito mais baixas que aquelas praticadas na região, conforme o depoimento do antigo caseiro ⁴.

Mais do que isso, não podemos ignorar as dificuldades que muitas famílias enfrentaram ao se deslocarem da cidade para o campo, uma vez que esse movimento migratório acarreta muito mais do que a mudança do tipo de trabalho entre ocupações urbanas e rurais, mas também uma drástica mudança no seu modo de vida. Na cidade, mesmo que sob condições bastante precárias, as famílias tinham acesso a infra-estrutura, serviços urbanos, meios de comunicação e formas de lazer que auxiliavam sua sobrevivência. A partir do momento em que passaram a viver acampadas em uma propriedade rural, essas famílias perderam o acesso direto a grande parte desses benefícios e, mais do que isso, foram obrigadas a se submeter a uma temporalidade completamente diferente. Diante desta drástica mudança, a vida no campo pode ser extremamente tediosa ou solitária. A sobrevivência urbana atrelada ao recebimento do salário no final do mês, ou do pagamento ao final serviço, passa a ser condicionada, no campo, às estações do ano, aos condicionantes naturais de clima, solos ou mesmo às pragas e doenças às quais o trabalho no campo encontra-se submetido. Mais do que se submeter a essa mudança de temporalidades, as famílias devem obter toda uma nova série de conhecimentos a respeito do ambiente em que se inserem e sobre o trabalho agrícola. Essa grande mudança pode ser extremamente difícil para muitas famílias.

³ Entrevista realizada em 25/02/2008 na residência do antigo caseiro no assentamento Comunidade de Resistência Roseli Nunes.

⁴ Idem.





Além disso, em sua maioria, as famílias do assentamento não possuíam vínculos anteriores de parentesco ou amizade que pudessem incitar a solidariedade ou a união do grupo. Mesmo que algumas famílias já se conhecessem anteriormente, as mesmas eram, em grande parte, estranhas umas às outras; famílias que se reuniram no momento da ocupação e se depararam com a tarefa de criar laços através do assentamento. Cabe ressaltar a importância do período inicial em que as famílias estão acampadas. É no acampamento em que se estabelece o modo de vida em grupo, uma espécie de “contrato social” do assentamento em que são definidos os papéis e os padrões de comportamento das famílias dentro do acampamento que ultrapassam a organização proposta pelo MST.

O estabelecimento das regras de convivência frequentemente acontece numa dinâmica próxima à descrita por Maria Sylvania de Carvalho Franco como o comportamento típico de populações rurais brasileiras, uma espécie de “Código do Sertão” que poderia ser caracterizado, segundo a autora, através da ajuda mútua (composta pela solidariedade presente em comunidades pequenas ou relacionada ao paternalismo), do caráter sagrado dado pela importância da religião, mas também pela presença freqüente da violência (FRANCO, 1969, p.21 e 22). Através da disputa de força entre as famílias, são estabelecidas as relações de poder que regem a vida em grupo, que, por vezes, também dão origem a conflitos violentos. Pequenos problemas de convivência acabaram tornando-se grandes brigas e, conseqüentemente, instaurou-se um forte clima de desconfiança entre as famílias, o que minava qualquer tentativa de cooperação entre elas.

A impossibilidade dos dirigentes do MST permanecerem constantemente no local abriu espaço para o surgimento de lideranças internas ao assentamento. Dentre todos os acampados um homem acabou despontando como o principal líder, por se destacar dos demais devido à maior escolaridade, tendo completado o ensino médio, além de um amplo conhecimento da ideologia marxista e boa retórica, características que o tornavam um excelente representante das famílias. Com o passar do tempo, a maior parte das tarefas relacionadas a reivindicações das famílias perante o poder público municipal, o INCRA ou mesmo em relação ao MST encontravam-se concentradas em suas mãos, criando uma situação de forte paternalismo na qual este líder gozava de grande poder em relação aos demais acampados. Gradualmente o líder começou a se aproveitar de sua influência e passou a organizar mutirões que beneficiavam mais a ele mesmo do que às demais famílias, fato que acabou gerando muitas brigas que chegaram a dividir as famílias em dois grupos, um a favor e outro contra o mesmo. Estas brigas reforçavam ainda mais o clima de desconfiança entre as famílias. Esta série de problemas, ainda agravada pela perspectiva de apenas 24 famílias poderem de fato ser assentadas no local, levou grande parte das famílias a desistirem da luta pela terra e abandonarem o local. Ao final da elaboração do PDA, apenas 24 famílias permaneciam na propriedade.

Diante da demora do INCRA para a liberação dos créditos para as famílias do assentamento, devido à impossibilidade de realizar o PDA, os dirigentes estaduais do MST passaram a pressionar o órgão para encontrar uma forma de agilizar o processo. Como alternativa paliativa para a situação, optou-se pelo MST elaborar o plano extra-oficialmente, sem convênio firmado com o INCRA. Desta forma, quando a portaria do IEF fosse criada, o plano já estaria pronto e o INCRA já poderia contratar a empresa responsável pelo parcelamento e liberar o crédito de apoio para as famílias.

No primeiro semestre de 2003, equipes de técnicos engajados à causa do MST empreenderam os primeiros esforços para elaboração do plano. Contudo, como o trabalho era voluntário, esses técnicos dispunham de pouco tempo para a elaboração dos projetos. No final do primeiro semestre as famílias do assentamento foram finalmente informadas da falta da portaria do IEF. Revoltadas





com a situação, elas organizaram uma comissão em conjunto com dirigentes do MST e marcaram uma reunião no IEF em abril de 2003 para pressionar o órgão a criar a portaria que regulamentava o licenciamento simplificado de assentamentos. Um mês após esta reunião a portaria foi criada.

Paralelamente a essas negociações acontecia a discussão nacional a respeito da incorporação do PDA pelo MST. A partir do início de 2003 as secretarias estaduais do MST passaram a ser consideradas pelo Estado como entidades prioritárias para elaboração dos planos, uma vez que estas eram representantes diretas das famílias assentadas. Diante desta situação, dirigentes nacionais do MST elaboraram oficinas com o intuito de capacitar dirigentes dos estados para elaboração dos planos. A partir destas oficinas elaborou-se também as primeiras linhas de uma metodologia de planejamento de assentamentos do MST. A intenção dos dirigentes era de que a partir do planejamento realizado pelo MST fosse criado um “novo assentamento”, ou seja, um assentamento realizado dentro de um planejamento alinhado aos princípios políticos do MST. No período de 9 a 20 de junho de 2003 foi realizada, no assentamento Che II, em Cocalzinho, município de Goiás, uma oficina nacional de capacitação de dirigentes para elaboração no PDA em que duas dirigentes estaduais trouxeram as incumbências de organizar uma equipe de planejamento que pudesse se dedicar integralmente às atividades de planejamento e de aplicar a metodologia do MST à elaboração do PDA.

Cabe ressaltar que o MST mineiro encontrava-se em uma situação bastante peculiar em relação aos demais estados. A maior parte das secretarias estaduais encontrava grandes problemas para execução do PDA, tanto pela falta de dirigentes capacitados para execução do Plano, quanto pela dificuldade de reconhecimento do MST como entidade apta para a elaboração dos Planos por parte das Superintendências Regionais do INCRA. O MST mineiro, por outro lado, já contava com uma equipe voluntária de planejamento e já se tornara responsável, mesmo que extra-oficialmente, pela execução do PDA de um assentamento.

Até então, a execução do plano pelo MST mineiro era apenas uma exigência burocrática para liberação de créditos. Após a oficina de Cocalzinho, a execução do PDA mudou completamente de caráter para os dirigentes estaduais e para equipe de planejamento, ganhando politização e tornando-se uma ferramenta valiosa para a aplicação dos princípios do MST e do atendimento dos desejos dos assentados. O mesmo não aconteceu para as famílias do assentamento Roseli Nunes, que continuavam a ver o plano como uma burocracia que os impedia de receber créditos. A secretaria do MST finalmente firmou convênio com o INCRA para a execução do PDA do Assentamento Comunidade de Resistência Roseli Nunes, o que possibilitou a contratação de uma equipe para a elaboração do Plano.

De 25 de setembro a 5 de outubro a equipe de planejamento realizou a primeira etapa de campo do planejamento, dando início ao diagnóstico do assentamento conforme a metodologia do MST. Nesta fase inicial foram realizadas entrevistas para a caracterização da situação social-produtiva das famílias, além do levantamento de campo da propriedade. Após uma breve devolução dos resultados do diagnóstico para as famílias, a equipe começou a perceber falhas na metodologia do MST. Havia grandes lacunas nas linhas gerais propostas, ligadas à falta de detalhamento das etapas de planejamento. Após a devolução dos dados realizou-se uma técnica de “levantamento dos sonhos” que buscava conhecer os desejos das famílias para o seu futuro. Nesta técnica cada família identificou, através de desenhos, os seus desejos para o futuro de seu lote e do assentamento. A maior parte das famílias apontou desejos ligados à propriedade privada da terra e à criação extensiva de gado leiteiro, como atividade produtiva predominante.

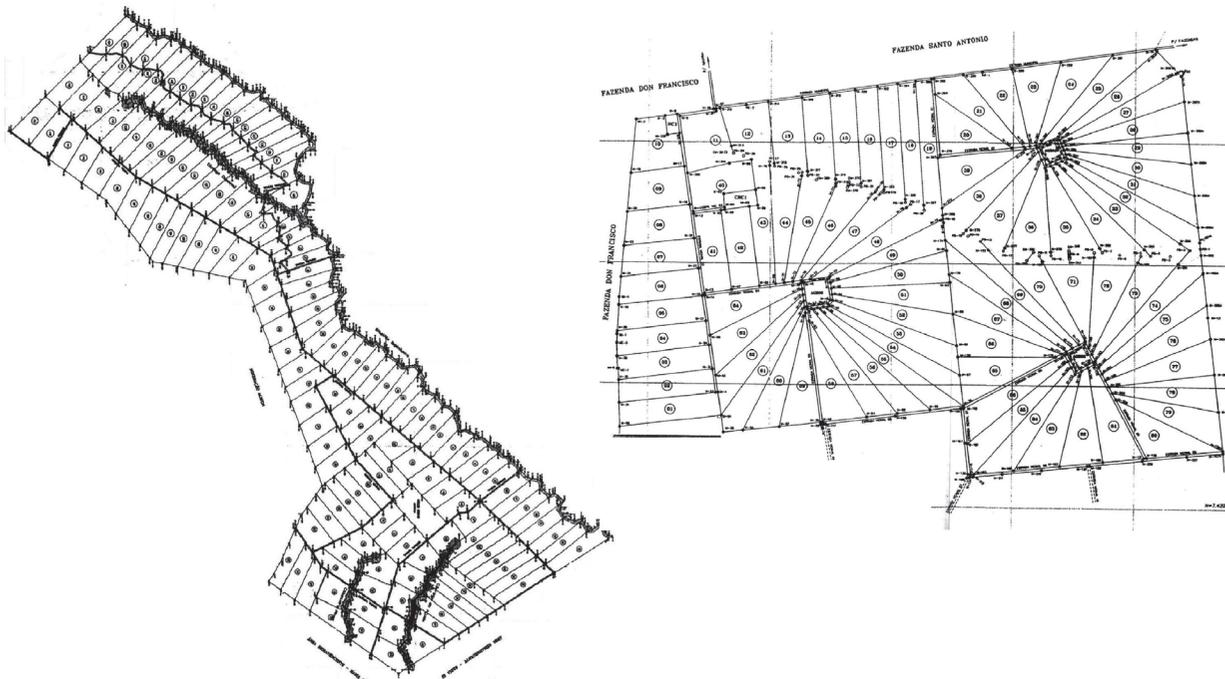




A partir desta dinâmica a equipe identificou dois grandes impasses: o primeiro, de ordem técnica, dizia respeito à incompatibilidade entre os desejos das famílias e a capacidade de assentamento da fazenda. A propriedade apresentava relevo muito ondulado (declividades acima de 25%), com alta pedregosidade e tendência à erosão, e a criação extensiva de gado tenderia a agravar o problema. Mais do que isso, a propriedade apresentava grande parte de sua área coberta por uma mata secundária com espécies remanescentes de mata atlântica, que têm sua preservação protegida por lei. A equipe tinha a consciência da grande dificuldade que as famílias teriam para a obtenção da permissão para o desmate dessas áreas, fato que limitaria bastante as áreas úteis dos lotes e, conseqüentemente, das pastagens inviabilizando a criação extensiva do gado.

O segundo impasse, de ordem política, se dava em relação à incompatibilidade dos desejos das famílias e os princípios do MST ligados à criação do “novo assentamento”. Além de ser contra a criação de gado extensiva, o MST incentivava a propriedade coletiva da terra e o trabalho cooperado. Em conjunto com a metodologia do MST para a elaboração do PDA os dirigentes utilizavam a cartilha “O que levar em conta para a organização do assentamento” (CONCRAB, 2001). Dentre outras diretrizes gerais, a cartilha contrapunha o parcelamento tradicional de propriedades individuais adotado pelo INCRA à experiências de parcelamento coletivo de assentamentos do MST, divididos em núcleos de moradia e núcleos de habitação.

Mapa 1 (à esquerda): Exemplo do parcelamento tradicional adotado pelo INCRA; e
Mapa 2 (à direita): Núcleo de moradia ou “raio de sol” (aproximação das moradias que se encontram em lotes individuais)





A situação foi finalmente apresentada às famílias: se os desejos das mesmas fossem atendidos a propriedade teria capacidade de assentar de 13 até, no máximo, 19 famílias, e não as 24 previstas pelo laudo de vistoria. A equipe apresentou um parcelamento alternativo, baseado nos princípios da propriedade coletiva, cooperação e manejo agroecológico que viabilizava a permanência das famílias no local que, além das 24 propriedades individuais, apresentava uma área coletiva de 70 hectares. Esta foi uma reunião bastante tensa. Muitas famílias choravam desesperadas pela possibilidade de não serem assentadas, chegando a argumentar que preferiam morar em uma favela rural a voltar a morar numa favela urbana. Mas apesar de toda a comoção criada em torno da inviabilidade de assentamento das 24 famílias, a enorme desconfiança que tinham entre si inviabilizava qualquer possibilidade de cooperação ou mesmo da existência de uma área coletiva no assentamento. Conseqüentemente, as famílias encontravam-se irredutíveis quanto ao parcelamento integral da área útil da propriedade em lotes individuais. A discussão acabou ganhando o caráter de uma disputa de poder sobre o assentamento entre lideranças locais e dirigentes do MST. As limitações técnicas foram deixadas de lado e a disputa pela forma da reforma agrária, através do parcelamento coletivo ou individual da terra, ou pelos conteúdos da reforma, através do embate entre os desejos dos assentados e os princípios do MST, tomaram conta da discussão de forma a inviabilizar o consenso entre as partes.

Relutante, após várias reuniões a equipe optou por atender ao desejo das famílias quanto ao parcelamento integral da área útil do assentamento em propriedades individuais. Se, porventura, o trabalho na área coletiva fosse inviabilizado pela situação de desconfiança instaurada, as famílias teriam que contar com parcelas individuais de terra menores do que as que teriam se toda a terra fosse parcelada. A versão final do PDA foi entregue ao INCRA em maio de 2004. O parcelamento foi executado ao longo de 2005 e entre o final de 2006 e o início de 2007 as famílias acessaram o crédito Projeto de Exploração Anual (PEA), no valor de 2.400 reais. No final de 2007 as famílias acessaram o crédito habitação de aproximadamente 5.000 reais e ao longo de 2008 as famílias realizaram a construção de suas casas, mas apesar disto, ainda o INCRA ainda não implantou, até o presente momento, a rede de energia elétrica nem a rede de abastecimento de água potável nas habitações. As famílias também não acessaram o PRONAF-A, a saber, o principal crédito para investimentos nas propriedades.

Atualmente as famílias encontram grandes problemas quanto à obtenção de permissão para o desmate, e algumas se sentem prejudicadas por terem sido sorteadas com lotes muito íngremes e com grande pedregosidade. Parte das famílias vê hoje a criação de uma área coletiva como uma alternativa viável para enfrentar os problemas produtivos que encontravam, principalmente ligados à falta de acesso a brejos para o plantio de arroz. Mas apesar de cogitarem essa possibilidade, o clima de desconfiança entre as famílias não melhorou muito. Pode-se notar a existência de grupos pequenos de duas ou três famílias que tendem a apresentar maior proximidade, mas frequentemente as famílias buscam a resolução de pelepas por meio da força.

Considerações finais

Apesar de se constituir como fonte de debates acalorados na mídia ou mesmo em meios acadêmicos, é impossível negar que a reforma agrária se constitua como uma forma importante de garantir a democratização do acesso à terra e, conseqüentemente, capaz de proporcionar condições de vida digna para milhares de famílias. Mesmo diante de tantas dificuldades, é possível ver que essa possibilidade alimenta os sonhos de tantas famílias que lutam pela terra ou que resistem para





permanecer nela. Mas apesar de seu grande potencial, freqüentemente os programas de reforma agrária são tratados com descaso pelo Estado, como no caso dos projetos de colonização que se buscava, prioritariamente, deixar as terras com maior valor comercial e produtivo livres para o investimento de empresas agroindustriais. Descaso que também tornou-se evidente no governo FHC que enquanto ostentava a desapropriação de 14 milhões de hectares, permitiu a concentração de 93 milhões de hectares de terra, uma área mais de 6 vezes maior que a desapropriada.

Ao assumir a execução do PDA, o MST tenta vencer problemas causados por um Estado historicamente comprometido com a manutenção do poder das classes dominantes e que ignorou por séculos a situação de exploração, expropriação e violência a que foram submetidas grandes parcelas da população brasileira, ou, pior, contribuiu para agravá-la. Contudo, ao assumir uma tarefa que compete ao Estado, o MST cai em uma nova série de contradições. A partir do momento em que é firmado um convênio para a elaboração do PDA, o MST submete-se obrigatoriamente aos desígnios do Estado, uma vez que o Movimento depende da aprovação do Plano pelo INCRA para que o mesmo seja implantado. Conseqüentemente, o MST perde sua capacidade de reivindicação como um Movimento de luta pela terra independente do Estado, capaz de lutar pela obtenção de direitos de forma integral, e passa a ser obrigado a fazer concessões em relação ao objetivo a ser conquistado.

Além disso, o Movimento é responsável apenas pelo PDA, que consiste numa pequena parcela de uma política de reforma agrária. Assim o Movimento não tem a possibilidade de interferir no desenho desta política, mesmo quando a ineficiência desta ou dos órgãos responsáveis por sua gestão surte efeitos no planejamento dos assentamentos. Se, no caso do questionamento da capacidade de assentamento da fazenda, houvesse a possibilidade de assentar apenas 19 famílias na propriedade e de relocar as famílias excedentes para outra propriedade **em um período curto de tempo**, grande parte dos problemas enfrentados pelas famílias hoje poderia ser evitado. O Movimento tem que enfrentar a realidade da morosidade dos programas de reforma agrária e arcar com a escolha de assentar 24 famílias sabendo que estas encontrarão dificuldades para manutenção de sua vida no local, ou optar pela redução do número de famílias, sendo que aquelas excedentes não terão sequer uma perspectiva quanto à possibilidade de serem assentadas em outra propriedade. Assim, o MST acaba arcando com responsabilidades que não são inteiramente suas, uma vez que a ineficácia das políticas de reforma agrária ultrapassa os limites do planejamento dos assentamentos, mas interfere diretamente na sua elaboração.

Ao assumir a execução do PDA o MST também perde, mesmo que parcialmente, a sua capacidade de representação das famílias assentadas. Se há problemas quanto à execução do planejamento realizado pelo MST as famílias não têm um representante direto ao qual podem recorrer, caso as negociações entre famílias e dirigentes não tenham êxito. Este papel acaba sendo cumprido por líderes locais ou, em casos extremos, pelo INCRA. Há, assim, uma inversão inusitada de papéis entre o MST e o Estado: a função da reivindicação do cumprimento dos direitos dos assentados da qual supostamente o MST deveria se incumbir passa a ser exercida pelo Estado. Se há a necessidade de existência de movimentos sociais de luta pela terra para reivindicar os direitos das populações camponesas de terem uma vida digna perante o Estado, dificilmente este mesmo Estado conseguiria cumprir o papel de reivindicação dos direitos dos assentados perante o MST, **se esta reivindicação não for também de seu interesse**.

Cabe também ressaltar que os desejos das famílias não são, necessariamente, compatíveis com os princípios do MST. As necessidades impostas para a reprodução do MST enquanto movimento social, ou mesmo dos próprios dirigentes podem ser até mesmo contrárias às necessidades e desejos





das famílias, como no caso apresentado neste estudo. Ao assumir o planejamento dos assentamentos esta contradição que por vezes encontrava-se oculta, diluída nas diversas reivindicações feitas ao Estado passa, então, a ganhar posição de evidência, podendo até mesmo chegar a comprometer a legitimidade de sua representação perante sua base.

Muito além de buscar o controle político das ferramentas de execução da reforma agrária, o MST deve lutar também por programas de reforma agrária ultrapassem o planejamento e a implantação do assentamento, ou mesmo a concessão de créditos para as famílias. O principal foco dos mesmos deveria ser a **garantia de condições de vida dignas** para milhões de famílias através da reforma agrária. Ao contrário disto, freqüentemente os programas de reforma agrária são concebidos como uma espécie de caridade concedida às populações necessitadas, como se qualquer benefício concedido fosse mais do que suficiente para aqueles que não têm nada. Curiosamente, esse caráter de caridade dado aos programas públicos freqüentemente também é reproduzido pelos beneficiários desses programas, como no caso dos assentados que “preferiam viver em uma favela rural que voltar para uma favela urbana”, e que nem sequer concebiam a possibilidade de lutarem para serem assentados com dignidade e, principalmente, agilidade, numa terra que comportasse o assentamento de todos. Talvez vencidos pelo cansaço ou pela frustração de lutar contra a morosidade e ineficiência de uma política pública de reforma agrária que mais parece ter sido planejada para seu fracasso, os assentados e até mesmo os próprios movimentos sociais introjetam essa postura e, freqüentemente, submetem a si mesmos ou aos seus representados condições de vida muito aquém de serem consideradas dignas, arrefecendo ou mesmo esvaziando suas lutas.

Muito além de criar uma nova apropriação do espaço, o MST se depara com o grande desafio de produzir novas relações sociais e, por conseqüência, novas intencionalidades de apropriação da terra, que ultrapassem a reprodução capitalista e as relações sociais dela decorrentes, criando o “novo homem” e a “nova mulher”, para usar o jargão corrente entre dirigentes do Movimento. Cabe ressaltar que este desafio de criar essas “novas pessoas” não é novo: ele esteve presente ao longo de toda a história do MST e apenas se renovou com a conquista do planejamento pelo MST. Cabe ao Movimento enfrentar esse grande desafio, não se deixando abater pelas novas dificuldades que lhe são impostas ao longo de seu processo de evolução. Isso, na situação destas “novas pessoas”, dos assentados e do MST significaria subverter o próprio processo de formação da sociedade brasileira, acabar com a persistência do passado, conforme apontado por José de Souza Martins ⁶.

Se a construção de uma nova apropriação do espaço através da criação de um novo modelo de assentamento deve ser feita através da criação de novas intencionalidades, então é preciso que o MST tenha condições de dar suporte à criação das mesmas. Essas novas intencionalidades devem partir de todos, rompendo a persistência de arcaísmos reproduzidos por assentados, por dirigentes e até mesmo pelas equipes de planejamento. A grande impossibilidade de se criar esse novo modelo de assentamento que partisse da criação de um “novo homem” e de uma “nova mulher” no assentamento Comunidade de Resistência Roseli Nunes se deu, em grande parte, por problemas neste âmbito. Freqüentemente os assentados cobravam uma postura paternalista de dirigentes, da equipe e do próprio Estado, que por vezes é atendida. A própria relação entre os assentados e seu líder, por exemplo, é bastante significativa sob esse aspecto. Ao concentrar todas as funções de representação ou de organização do assentamento, o líder acabava por infantilizar os demais assentados, colocando-os em uma posição de incapazes de tomar decisões por si mesmos.

⁶ De fato, o autor ressalta que a questão agrária vai muito além de um problema residual do passado que seria resolvido pelo progresso e desenvolvimento econômico inevitáveis. Para Martins, a propriedade da terra é o centro histórico de um sistema persistente que teve sua força renovada pelo capitalismo moderno, e que bloqueia tanto a verdadeira constituição da sociedade civil, quanto a cidadania de seus membros. Conseqüentemente, a sociedade civil constituir-se-ia como um esboço num sistema político onde esta é dominada e transformada em um instrumento pelo Estado, baseado, por sua vez, em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patriarcal, do oligarquismo. Neste âmbito, a propriedade latifundista da terra se propõe como uma sólida base de orientação política e social que freia as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do país (MARTINS, 1994, p. 12 a 16). Para uma discussão ampla a respeito da persistência do passado utilizada como instrumento político, consultar MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.





Se na tarefa de criação de “novas pessoas” encontra-se o grande limite da ação do MST enquanto movimento social, é nela também que está o seu maior potencial transformador e o seu maior desafio. E é diante do enfrentamento deste desafio que a reforma agrária pode sair do âmbito da redistribuição fundiária e caracterizar-se como um meio de transformação da sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A. M. *Muita terra e pouco dono*. Análise histórico-estrutural da questão agrária no Brasil. Revista OSAL. Ano I n° 2/ publicação quadrimestral – set. / dez. de 2000. Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB. *O que levar em conta para a organização do assentamento* – A discussão no Acampamento. Caderno de cooperação agrícola N°10. CONCRAB, São Paulo, 2001.
- FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FRANCO, M. S. C.. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- GUIMARÃES, A. P. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. *Lando de Vistoria Fazenda Brenha*– Belo Horizonte, Abril 2000.
- MARTINS, J. S. *Capitalismo e tradicionalismo*: sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: 1975.
- _____. *Expropriação e violência*: questão política no campo. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- _____. *O cativo da terra*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *O poder do atraso*: de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil*: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- _____. *Reforma agrária: o impossível diálogo* 1 ed. – São Paulo: EDUSP, 2004.
- _____. *Travessias*: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: UFRGS Ed., 2003. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. *Elementos para a construção de metodologia de implantação da nova proposta de Desenvolvimento do Assentamento(PDA)*. MST, Goiás, 1/07/2003.
- _____. *Plano de Desenvolvimento de Assentamento- Comunidade de Resistência Roseli Nunes*. Belo Horizonte, 2004.

